



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09/11/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a presença deste Vereador e do Vereador Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Antonio Donato, na qualidade de presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro abertos os trabalhos da audiência pública do projeto de lei 489/15, de autoria do nobre Vereador Antonio Donato. O PL 489/15, institui o Programa Municipal de Segurança Aquática no Município de São Paulo e dá outras providências.

A chamada desta audiência foi veiculada no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no jornal *Diário de São Paulo*, dia 28 de outubro de 2015; na *Folha de S. Paulo*, dia 29 de outubro de 2015; e no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*.

Informo que esta audiência está sendo transmitida através do portal Câmara Municipal de São Paulo, www.camara.sp.gov.br link auditórios online.

Foram convidados o Secretário Municipal de Esportes, o Secretário Municipal de Educação, o Secretário Municipal de Governo, entidades da sociedade civil e todos os Vereadores desta Casa.

A presente audiência se predispõe a debater o citado projeto de lei, que trata do Programa Municipal de Segurança Aquática.

Estão presentes para fazer suas apresentações sobre o tema o Tenente Coronel Carlos Eduardo Smicelato, o Major Diniz Filho; e o Capitão Antunes.

Passo a palavra ao Presidente Antonio Donato, caso queira tecer considerações a respeito do projeto de lei.

O SR. ANTONIO DONATO – Boa noite a todos. Primeiro, quero agradecer o Vereador Reis, Presidente da Comissão de Educação, Esporte e Cultura da Câmara Municipal de São Paulo, que atendeu o nosso pedido para que fizéssemos audiência pública sobre o PL 489/15.

Naturalmente, a ideia da audiência pública é discutir o projeto e, se for possível, melhorá-lo. O projeto já foi votado em primeira discussão e antes de ser votado em segunda

discussão, podemos apresentar substitutivo enriquecendo o projeto ou, eventualmente, alterando algum aspecto da propositura.

Quero agradecer a presença do Gilberto do Sindicato das Academias; da Gabriela da Criança Segura; do Fábio Forlenza, que é Instrutor Técnico; Rafaele e Sandra do INATI - Instituto de Natação Infantil; e dizer que partiu deles a inspiração para elaboração do projeto.

Basicamente, é um projeto de conscientização, é para estabelecer um Programa de Segurança Aquática em nossa cidade, principalmente nos equipamentos de educação e esportes da rede pública. Temos uma rede de 45 CEUs com piscinas, há uma série de centros esportivos com piscina. Portanto, temos condição de atuar na rede municipal de Educação e no conjunto da rede esportiva da cidade. A ideia é que possamos combater uma situação que é um pouco invisível, mas muito presente na cidade de São Paulo, que são os afogamentos. Não só afogamentos em piscinas, em represas, em lagos, mas também acidentes domésticos que acontecem, muitas vezes, num tanque, numa pequena piscina em casa. Acho que o melhor instrumento para isso é a conscientização.

A ideia do mês de novembro como sendo o Mês da Segurança Aquática diz respeito a ser véspera do início do verão, onde naturalmente há maior afluência das pessoas para buscar lazer, diversão nos cursos d'água, nos rios, nos lagos, nas piscinas, enfim, em todos esses locais, buscando se refrescar, se divertir e muitas vezes correndo risco por falta de informação, por falta de uma melhor orientação.

Agradeço muito ao Corpo de Bombeiros aqui presente através do Coronel Smicelato e todos os oficiais hoje presentes, o que mostra a importância que o Corpo de Bombeiros dá para essa questão, e é fundamental que possamos estabelecer uma parceria.

Já recebemos o Coronel Duarte – Comandante Geral do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, nós conversamos sobre alguns aspectos da legislação e sobre outros problemas. Evidentemente, a atuação do Corpo de Bombeiros é muito mais ampla do que somente salvamento aquático.

Estamos num momento importante, é o momento da revisão do Código de Obras da cidade de São Paulo, um código datado de 88, se não me engano. Muita coisa mudou, a tecnologia e os problemas são outros. Recebemos a visita de oficiais técnicos do Corpo de Bombeiros conversando com a Comissão de Política Urbana quanto às sugestões que poderão dar durante o debate relativo ao Código de Obras. E agora esperamos contar com a valiosa colaboração do Corpo de Bombeiros para discutirmos essa questão que, como eu disse, é um pouco invisível na cidade de São Paulo até porque não somos uma cidade praiana. Até por isso é mais importante discutir a questão do afogamento porque quem nasce de frente para o mar, a vida, a experiência acaba levando a uma situação mais respeitosa com o mar. E nós, que não temos essa experiência, muitas vezes temos uma relação um pouco irresponsável com a água.

É importante que nós avancemos, e que hoje possamos debater essa questão. A nossa ideia é que aprofundemos o conhecimento do tema, dar a ele visibilidade e estabelecer uma forma sistemática, anual, de debate em toda rede de Educação, e Esportiva da cidade com a colaboração das entidades privadas, através de convênios com academias, com institutos que se preocupam com a questão do afogamento em nossa cidade.

Mais uma vez, quero agradecer ao Vereador Reis, que se dispôs a convocar a audiência pública, participar dela, dando assim espaço ao debate.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu agradeço pela oportunidade, Vereador Donato, porque é um tema de suma importância para a cidade de São Paulo.

Vamos ver e ouvir a apresentação do Coronel Smicelato, durante 15 minutos. Depois falará o Major Diniz e o Capitão Antunes. Há mais alguém que irá falar? (Pausa) Falará, posteriormente, Gabriela de Freitas.

Informo que as inscrições estão abertas. A nossa assessoria técnica anotarà os nomes das pessoas que, após a apresentação, queiram fazer intervenções nesta audiência pública.

Tem a palavra o Tenente Coronel Smicelato

O SR. CARLOS EDUARDO SMICELATO – Boa tarde, Srs. Vereadores, meus amigos e companheiros, representantes de diversas entidades que, assim como nós, têm essa preocupação em relação ao afogamento.

Sou Tenente-Coronel e comando o Grupamento de Bombeiros Marítimos, a unidade do Corpo de Bombeiros responsável pela segurança nas praias do Estado. Na nossa divisa com o Estado do Rio de Janeiro, em Ubatuba e na nossa divisa com o Estado do Paraná, em Ilha Comprida, nas 15 cidades do litoral, temos postos do Corpo de Bombeiros voltados exclusivamente para atividades de proteção aos banhistas.

Trabalho nessa área há quase 22 anos e, se me permitirem e desculparem pelo desabafo, sempre comento com minha família que cheguei a um ponto em que não aguento mais ver gente morrendo afogado, não apenas nas praias, como também em rios, represas e piscinas e, em especial, no nosso Estado.

A nossa unidade é composta por 600 bombeiros, guarda-vidas, espalhados nas principais praias do nosso litoral dando segurança aos banhistas e no verão contratamos de guarda-vidas temporários, numa média de 1.200, de forma que conseguimos quase atingir um número de dois mil guarda-vidas dando proteção a um público de 20 milhões de pessoas que frequentam as nossas praias, no período do verão. É pouco, gostaríamos de ter mais gente, mas conseguimos bons resultados com esse número de profissionais.

Em 2014, segundo dados do Ministério da Saúde, 158 pessoas perderam a vida em função da dengue. Vimos as campanhas incessantes durante o início do verão e diversos mecanismos que o Ministério e a Secretaria da Saúde desenvolveram para que consigamos controlar a proliferação do mosquito da dengue. E tem de ser assim mesmo, senão não conseguiremos diminuir esse número. Existe um investimento muito grande para isso.

Mas, no ano passado, morreram 6.800 pessoas, mais ou menos. Não vimos campanhas na mesma intensidade preocupadas com afogamento, que está matando o

brasileiro e, especial, as crianças. E não conseguimos desenvolver campanhas educativas que atinjam toda a população.

O afogamento é extremamente fácil de prevenir. Precisamos abraçar a educação, conseguir levar para o banhista e para as pessoas que vão procurar o espelho d'água como forma de lazer, seja a piscina, seja a represa ou as praias no mar, enfim, formas de ter um comportamento seguro. Se o banhista tiver isso, sem sombra de dúvida, ele consegue ter seu lazer com tranquilidade.

Trago alguns dados em relação ao afogamento (ininteligível) para que possamos nos situar e saber o que acontece não apenas no nosso País, mas no mundo todo. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 0,7% de todas as mortes no mundo são por afogamento. Em alguns países elas são mais intensas. Por exemplo, na Índia, onde tem cem mil afogamentos por ano; na China, são 30 mil afogamentos por ano. Percebemos que o afogamento anda de mãos dadas com o subdesenvolvimento. Países que têm uma cultura subdesenvolvida, e até mesmo países pobres e, exatamente por não ter acesso à Educação, acabam tendo mais afogamentos do que outros. A África, por exemplo, é um continente que tem, per capita, o maior número de afogamentos no mundo.

É a principal causa de morte entre 5 e 14 anos. Custa ao Brasil 228 milhões de dólares todos os anos.

O risco de morte por afogamento, segundo a Organização Mundial de Saúde é duzentas vezes maior do que no trânsito.

No nosso Estado, são em torno de 800 pessoas, todos os anos, perdendo a vida por afogamento. O Estado de São Paulo também, em números absolutos e que tem a maior população do País, acaba tendo o maior número absoluto de afogamentos.

Ainda no nosso Estado, a cidade de São Paulo, sob qualquer ângulo de visão, qualquer forma que enxergarmos a cidade que tem o maior número de afogamentos do nosso Estado. Obviamente, pela população, ou seja, maior cidade da maior população do País não

haveria de ser diferente.

Tivemos, em 2012, 110 afogamentos na cidade de São Paulo. Em 2013, 90 afogamentos. Comparando com Praia Grande, que é uma cidade de praia, onde se tem um número razoavelmente grande de afogamentos e, apesar de ser uma cidade infinitamente menor do que São Paulo, mas recebe um público muito grande durante o verão: foram 42 afogamentos em 2012 e 16 em 2013. Então é uma diferença muito grande, apesar de São Paulo não ser uma cidade costeira.

Se olharmos pelo ponto de vista de moradores, paulistanos, em 2012, foram 210 que morreram. Esses paulistanos morreram aqui na cidade de São Paulo, no litoral do Estado de São Paulo e, talvez, até no interior do Estado. Em 2013, foram 151 paulistanos que perderam sua vida por afogamento.

Ainda olhando o Estado como um todo, 72% desses afogamentos aconteceram em águas naturais, fossem represas, rios ou até no mar. É importante citar que temos uma média de 80 a 90 afogamentos nas praias durante o ano. Então a maioria desses afogamentos estão acontecendo, na verdade, em rios e represas, águas naturais fora da praia.

As pessoas, às vezes, pensam que a praia tem um número muito grande afogamentos. De fato, no passado, já teve. Mas diversas trabalhos foram feitos no intuito de diminuir esses afogamentos através de guarda-vidas na praia e de campanhas educativas. E nós conseguimos diminuir. Aliás, estamos tentando diminuir mais esse número.

Mas temos de começar a olhar para o interior também. E quando digo interior é por causa de divisa geográfica, considerando também aqui, na Capital, com uma área interiorana onde acontecem bastante afogamentos.

Em piscina, foram 9% desses afogamentos, envolvendo crianças nessa quase totalidade. Em que pese o número seja pequeno, não é o menor, do ponto de vista da tragédia, pois envolve crianças. Quem perde a vida em piscinas, em geral, são crianças.

Acidentes domésticos são 12%, isso considerando vasos sanitários, baldes,

tanques, pias etc. Nós temos uma média, na cidade de São Paulo, de 5 a 8 afogamentos envolvendo crianças nesses utensílios. Então são acidentes domésticos que poderiam ser evitados com divulgações e campanhas educativas.

A faixa etária, 41% - a grande totalidade -, é entre 11 e 29 anos. As pessoas numa faixa etária extremamente ativa. E 38% são na faixa etária de de 30 a 49 anos, uma faixa também em plena atividade profissional. Acima de 50 anos são 6% e outros 15% de zero a dez anos. Então, vejam, crianças. São 15% de nossos afogamentos envolvendo todas as áreas: praias, piscinas, represas etc. É um número relativamente alto.

A solução para tentar diminuir esses números, sem sombra de dúvidas, passa pela prevenção. Não tenho condição, o Corpo de bombeiros não tem condição, o Estado não tem condição, nenhum país tem condição de colocar um guarda vidas para cuidar de cada grupo de banho, seja na praia, na piscina, na represa etc.

Como os outros países conseguiram devolver e reduzir o afogamento? Trabalharam através da prevenção e da educação, levando ao banhista condições para que, ao vir ao espelho d'água, independente de qual espelho d'água seja, que ele tenha um comportamento seguro e que saiba como agir, ou seja, saiba o que ele pode e o que ele não pode fazer.

Quando eu consigo conscientizar esse banhista sobre como ele deve se comportar no espeçho d'água, sem sombra de dúvida, eu consigo reduzir o número de acidentes. Então é através de campanhas educativas, orientações, cursos.

Nós temos condições muito boas de chegar, aqui na Capital, através dos professores dos CEUs. O Vereador mesmo acabou de dizer que parecer que há 45 piscinas abrangendo quase toda a Capital à disposição das crianças dessa cidade. Portanto, podemos chegar a essas crianças através dos professores de Educação Física. Se conseguirmos transformar o professor de Educação Física, ou de nataçãõ, em multiplicadores, conseguiremos, sem sombra de dúvida, reduzir esses números. Porque essa criança de hoje,

que está tendo aula no CEU é o banhista, depois, porque ele vai na represa com os familiares, ou até sozinho, vai à piscina e ele vai ao litoral também.

Então se conseguirmos fazer com que essa criança aprenda a ter um comportamento seguro, ele vai ser um adulto e até mesmo uma criança que vai respeitar seus limites e vai ser um adulto que também respeitará seus limites ao se deparar com um espelho d'água.

Repito: através da educação, acreditamos que é possível reduzir esses números e, num futuro bem próximo, mostrar aqui números bem números.

Quero citar o exemplo do Canadá. É um país frio, uma população pequena. Mas estivemos no Canadá, em 2013, num congresso de afogamentos e vimos a apresentação dos canadenses e de como eles estão extremamente preocupado com o número de afogamentos. Eles tinham tido, no ano anterior, 60 afogamentos e em que pese a população seja menor, comparado com nossos 7 mil afogamentos anual, aqui no Brasil, realmente é algo que nos choca. E eles estavam preocupados com isso e fazendo campanhas tentando reduzir esses números.

E o trabalho que eles haviam desenvolvido é muito interessante, talvez o nosso sonho fazer algo parecido que é ensinar a criança como ela deve se comportar quando ela cai no espelho d'água. No Canadá, que é recortado por represas e lagos, a maior parte dos acidentes é uma criança caindo no lago. Então eles tentam ensinar a criança em três minutos a forma dela cair sem se machucar, a forma dela flutuar e a forma que deve achar o ponto para sair desse lago.

Gostaria de passar esse video para os senhores. Esse video foi feito em seis línguas.

- Apresentação de vídeo.

O SR. CARLOS EDUARDO SMICELATO - Eu represento não somente o Corpo de Bombeiros, mas também a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático, e sou um dos

diretores.

Tanto o Corpo de Bombeiros, através do Planeta Marítimo e a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático estão à disposição. Ficamos extremamente felizes porque ela com certeza vai ao encontro de um anseio nosso, o de levar a todos de como ter um comportamento seguro, começando pelas crianças, por um programa dessa natureza, parecido com o que é desenvolvido no Canadá.

Então, coloco á disposição o Grupamento de Bombeiros Marítimos, o Corpo de Bombeiros e a Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático para que juntos possamos desenvolver algo semelhante e conseguir reduzir números no nosso estado e na cidade de São Paulo.

Obrigado pela atenção. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Tenente Coronel Smicelato.

Tem a palavra o Capitão Antunes.

O SR. ANTUNES – Senhoras e senhores, boa noite. Sou o Capitão Antunes, trabalho no 4º Grupamento de Bombeiros, que atende a zona Sul da cidade de São Paulo.

- O orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. ANTUNES – Lá temos, como mostra a foto, a represa de Guarapiranga e diversas áreas.

Uma informação, na região Sul de São Paulo há o Autódromo de Interlagos. Não sei se é do conhecimento de todos, mas o Autódromo de Interlagos é chamado Interlagos porque está entre dois lagos: a represa Guarapiranga, à esquerda e a represa Billings, à direita. Por consequência disso, temos uma bacia hidrográfica, onde existem várias lagoas, rios e poços para extração de areia e viraram lagoas naturais, além de rios e outras situações.

Na região, existe uma procura muito grande por lazer nesses locais. Existem os clubes que utilizam esses locais e a própria imprensa tem divulgado esses lugares como lazer de banhista e de praia.

Esse *slide* mostra que acaba trazendo um número maior. Então, quero mostrar nessa apresentação o trabalho que o Corpo de Bombeiros vem fazendo nessa região. Há cerca de quatro ou cinco anos, a Prefeitura passou a investir e criou os balneários municipais.

Na represa de Guarapiranga houve um investimento para estruturar e direcionar os banhistas para locais onde haveria segurança e a prevenção. A informação que eu trago hoje é que, por falta de uma campanha educativa, continua acontecendo muitos afogamentos. As pessoas ainda frequentam os locais onde não tem segurança. As pessoas ainda vão a locais remotos, a portos de areia, que são locais que foram cavados para extrair areia e minam água. A região é uma bacia hidrográfica e se torna um local de risco, fora lagoas, rios, locais particulares e que o bombeiro tem tentado fechar, por conta da falta de segurança e isso não ocorre. As pessoas acabam se afogando nesses lugares.

Então, existe na região da Guarapiranga um efetivo material especializado para fazer o atendimento na prevenção. Assim como existe no litoral, também existe na cidade de São Paulo. Muitas pessoas não acreditam que em São Paulo exista uma represa com 36 quilômetros quadrados, que os paulistanos transformam numa praia no verão.

Temos a sede do nosso subgrupamento e bem ao fundo do subgrupamento existe um local que se chama Prainha, onde tem um número muito grande de frequentadores. Logo ao lado tem outra prainha, que se chama Guarujapiranga, apelidado pelos frequentadores.

Então, existe aqui uma estratégia de prevenção. É desenvolvida uma operação Represa Segura. Assim como no litoral, reforçamos o efetivo durante o verão. São contratados guarda-vidas temporários somente para a região da represa, onde existem setores de prevenção. Bombeiros fazem a prevenção. Existe uma estratégia de patrulhamento, por meio de lanchas e embarcações, para retirar as pessoas dos pontos de risco. Existe também a prevenção por meio do apoio do agrupamento aéreo na Represa Billings, para retirar as pessoas também.

Durante o dia, é feita uma prevenção, das 8h até o pôr do sol, onde é utilizado o

efetivo especializado para isso. Aí nós temos uma foto da região, para quem não está acreditando no que eu estou falando. É uma praia dentro da cidade de São Paulo, na região do Socorro, onde nós temos aí um efetivo do Corpo de Bombeiros, fazendo prevenção aos banhistas.

Essa é outra foto. Isso é um balneário municipal da Prefeitura de São Paulo.

Aqui é o Parque Praia do Sol, que fica do outro lado do quartel. Inclusive existe um decreto municipal, que estabeleceu essas áreas como áreas de banhistas. Aí nós esbarramos com um problema: Os Bombeiros fazem a prevenção. Existe todo um aparato, porém não existe uma campanha educativa, para que as pessoas da região saibam que aqui é um local seguro para nadarem, e não no porto de areia e não na região da represa, onde não há prevenção.

A título ilustrativo, essa é uma foto aérea, desse mesmo parque municipal, onde existe uma frequência, em média, nos finais de semana, de cinco a dez mil pessoas, só nesse pedacinho aí de terra. Os Bombeiros implantaram diversas estratégias, por meio de postes de observação e empregos de guarda-vidas, para diminuir o número de afogamentos. Mesmo nos locais onde nós fazemos a prevenção, podemos observar diversas crianças sozinhas dentro d'água, porque falta educação pública, para que os pais não deixem seus filhos sozinhos, mesmo num local onde existe um bombeiro trabalhando.

Essa é o Guarujapiranga. Praticamente toda a orla da represa fica com poça de banhistas. Então, existem aí várias estratégias do Corpo de Bombeiros. Aqui existe um mapa, onde há todos os pontos críticos da represa, que historicamente fica cheio de banhistas. A estratégia que foi feita por meio da Prefeitura, na época que foram implantados os parques municipais, abrange só as praias do número 1 ao número 4. São balneários municipais. Os outros locais são áreas que historicamente as pessoas passaram a utilizar como praias. Aí existem vários locais, onde ocorrem afogamentos, porque as pessoas simplesmente entram na represa achando que estão numa piscina.

Quanto à região da Billings, quando se fala de Billings, todo mundo imagina o ABC. Na Billings, na região do ABC, há poucos banhistas e apenas captação de água para a Sabesp. Agora quando se fala em Billings no município de São Paulo, na região da Balsa - essa é uma foto retirada na região da Balsa, perto da ilha do Bororé, que é município de São Paulo - há uma frequência muito grande de banhistas também.

Então, há os pontos críticos. Todos esses assinalados aqui, no lado esquerdo do mapa, estão dentro do município de São Paulo. A divisa fica exatamente aqui em baixo, onde nós chamamos de segunda balsa. Na região da primeira balsa, também acontece os acidentes na balsa. Essa é uma foto dentro do município de São Paulo, na região da primeira balsa, no finalzinho da Avenida Belmira Marin. Também na mesma região, aqui é perto da região do Jardim Apurá, próximo à barragem. Então, ocorrem muitas ocorrências. Um destaque que eu queria fazer é sobre as ocorrências de afogamento em curso. Nós atendemos a muitos afogamentos em curso de pessoas em lagoas, em portos de areia abandonados e em rios da região. A pessoa simplesmente vai lá utilizar, sem a menor segurança que ela imagina que teria, porque acha que é uma lagoa ou uma água parada. Acha que, por ser uma lagoa ou haver água parada, sem onda e arrebentação, não vai haver nenhum problema de afogamento.

Há acidentes com veículos também, que caem dentro da represa; mas aí não é o foco, mas só a título de ilustração. O agrupamento aéreo apoia-nos também durante a operação. Nem tudo é ruim lá. Isso é dentro da cidade de São Paulo, no fundo do quartel. Aí a gente pode ver o pôr do sol maravilhoso que há lá. Eu faço questão de por essa foto, porque falamos de afogamento para muitas pessoas, e todo mundo imagina que isso ocorre no litoral. Ninguém imagina que, dentro da cidade de São Paulo, nós temos uma bacia hidrográfica enorme e uma região que em que tudo que se cava na água e qualquer construção que é feita vira-se uma lagoa. Aí abandonam o local e as pessoas que moram na região passam a usar aquilo como piscina. Então, eu quis trazer isso, como notícia, porque as piscinas são muito importantes. Há afogamentos em piscinas. Atendemos a afogamentos em piscinas, mas não

podemos nos esquecer de que falta campanha educativa para esses recursos.

O Corpo de Bombeiros desenvolve um esforço para fazer a prevenção, porém faltou à Prefeitura uma boa intenção e positiva. Adotou uma estratégia de tirar o banhista que estava espalhado pelas represas e colocá-lo em locais públicos, com segurança e estrutura; porém hoje a nossa deficiência é faltar educação pública, para que as pessoas saibam que existe aquela situação.

Para finalizar, eu queria contar um fato. Numa vez, num Carnaval desse último ano aí, eu estava numa dessas praias que eu mostrei a foto, e veio um homem de uns 50 anos tirar uma informação comigo. A gente estava até procurando uma criança perdida, e ele, com duas crianças, uma de cinco e outra de quatro anos, falou: “Eu estou aqui, nessa represa, nessa praia, mas está muito cheio. Não há outro local mais tranquilo?” Aí eu até indiquei o Guarujapiranga, um pouco mais vazio, e falei: “Vai ali à frente, ao Guarujapiranga”. Aí ele me deu a seguinte informação, que ele era da região lá do fundão mesmo, perto de Parelheiros, e aí ele sempre utilizava uma lagoa para nadar com os filhos; e aí ele viu um cartão, numa campanha educativa que nós fizemos, no ano passado, dizendo que era para as pessoas somente utilizarem locais onde havia guarda-vidas e estrutura pública de segurança. Aí ele decidiu ir para lá. Aí eu fiquei pensando: “Se ele tivesse ido à lagoa, talvez tivesse perdido os filhos ou ele estivesse afogado, mas, por causa da campanha educativa, foi ao local que havia estrutura, e está vivo até hoje, graças à campanha educativa.

Então, eu gostaria de informá-los que a campanha educativa é muito importante não só para as piscinas, mas para se reduzir o afogamento como um todo. Eu sempre costumo falar que a morte por afogamento é uma morte por ignorância. Ou a pessoa não sabe nadar ou não sabe o risco que está correndo. Aí ela acaba se matando.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Major Diniz Filho. (Pausa) Ah, não vai. Quem vai fazer a próxima apresentação é a Gabriela Guida de Freitas, ONG Criança

Segura.

Anuncio a presença do Professor Ricardo, representando, neste ato, a Secretaria Municipal de Educação, Programas Especiais e CEUs. Convido-o para fazer parte da Mesa.

A SRA. GABRIELA GUIDA DE FREITAS – Boa noite a todos.

Sou Gabriela e coordeno uma ONG chamada Criança Segura. A ONG está no Brasil desde 2001 com a missão de promover a prevenção de acidentes entre crianças, adolescentes até 14 anos.

- A Sra. Gabriela passa a referir-se às imagens em tela de projeção.

O afogamento é um dos acidentes, mas há outros, como trânsito, queimaduras, quedas, enfim, tudo isso porque o acidente é hoje, no Brasil, a primeira causa de morte de crianças.

Até um ano entram outras causas, como má formação gestacional e doenças respiratórias, mas de um ano até 14 o acidente é o que mais tem tirado a vida das crianças. Em 90% dos casos poderíamos ter evitado esse acidente. Quando vemos uma criança que tem a vida toda pela frente perdendo a vida por um motivo que em 90% dos casos era evitável, é muito grave.

É para isso que a ONG existe. Digo que estamos no Brasil desde 2001 porque somos parte de uma ONG internacional chamada *Save Kids*. A história do surgimento dela é muito bacana e tem a ver com o contexto do que estamos falando.

Este é o Dr. Martin, um cirurgião pediátrico que fundou a ONG. Ele fundou a ONG porque ele atendia em um hospital, em Washington, especializado em atender crianças e ele começou a se sentir muito frustrado porque perdia muita criança. Dar a notícia para os pais, estar em um hospital de ponta, com toda a tecnologia e, ainda assim perder criança era frustrante. Ele constatou que a maior parte dos óbitos era causada por acidentes.

A tese dele de doutorado foi sobre isso e descobriu que em 90% dos casos podemos evitar a morte de criança e é por isso que a ONG vem trabalhando. De fato, a

prevenção dá resultado, vale a pena e a gente pode salvar as crianças. A prevenção também funciona para todas as faixas etárias.

Eu venho falar em nome das crianças porque é nosso público alvo, mas funciona para todo mundo.

No mundo são 830 mil crianças que perdem a vida todo o ano por acidente. No Brasil são quase cinco mil crianças por ano que perdem a vida por acidente. Parece que é pouco em um País tão grande, mas isso significa 13 crianças por dia perdendo a vida em um acidente, isso é muita coisa. Fora as que são hospitalizadas, que são quase 123 mil.

Esses números por si só já são muito altos: 13 crianças por dia perdendo a vida, mais de 300 crianças por dia sendo internadas por acidente. Só que essa criança nunca pode ser olhada individualmente.

A criança tem um contexto familiar com ela, pode não ser pai e mãe, mas uma tia, uma avó, alguém cuida dessa criança, ela está inserida em um núcleo familiar. Essas pessoas que cuidam dessa criança também são muito impactadas. Então, são consequências emocionais. Não dá nem para dizer o que acontece com uma família que perde uma criança. É muito grave e muito triste.

Além das consequências emocionais, tem outras consequências para essa família. Vemos que quando a criança fica hospitalizada, 60% dos casos ou o pai ou a mãe larga o emprego para acompanhar a rotina do hospital da criança. É uma fonte de renda a menos na família. A criança vai ficar um tempo sem frequentar a escola.

Vemos vários estudos que mostram que depois que acontece o acidente, principalmente quando a gente perde a criança, em 80% dos casos os pais acabam se separando depois porque não conseguem lidar com a culpa. É muito difícil. Então, são muitos impactos que envolvem toda a família. Então, é um problema muito grave de saúde pública no Brasil e em vários países do mundo.

O afogamento tem uma representatividade muito alta. Esses são dados do

Datasus, do Ministério da Saúde. Para as crianças até 14 anos, o trânsito é o grande vilão, são quase 40% das mortes e quase 25% acontecem por afogamentos sejam nas piscinas, águas abertas, dentro de casa, então, é uma causa muito representativa. O acidente é a principal causa de morte e o afogamento é a segunda maior causa de acidente.

Chamo atenção que para crianças de um a quatro anos o afogamento é a principal causa de morte. Isso tem um motivo.

Aproveito para chamar atenção. Esses são dados não das mortes, mas das internações e o afogamento não aparece. Não chega a um por cento. Isso porque em geral a gente perde a criança. É um acidente fatal. É um acidente silencioso e temos pouco tempo para salvar, até menos do que do adulto porque as vias aéreas são mais frágeis. É um problema que temos de trabalhar pela prevenção porque depois que ele acontece, é muito difícil conseguir salvar a criança.

Esses acidentes acontecem porque não temos uma cultura de prevenção no País. Temos mais uma cultura de remediar. Isso tem uma questão histórica. Em geral, países que têm a cultura de prevenção bem desenvolvida são países que passaram ou por grandes guerras ou por grandes catástrofes da natureza. Isso desenvolve um olhar muito preventivo na sociedade do país.

Felizmente, não passamos por grandes guerras ou desastres da natureza, porém, por outro lado, não desenvolvemos esse olhar preventivo, que é o que esperamos desenvolver com programas educativos para aflorar a cultura de prevenção na nossa sociedade.

A gente fez uma pesquisa na criança segura de comportamento com os pais e esses depoimentos que a gente vê aqui, com certeza, qualquer um de vocês que convive com criança aqui nessa sala, seja profissionalmente ou por laços pessoais, já deve ter escutado ou até falado. Então a gente poderia trazer vários, trouxe três que tem elementos bem parecidos. Ele fala assim: “Criança apronta mesmo. Às vezes é um segundo, você está ali olhando o tempo inteiro, se vira um segundo e quando vai ver já foi”; “criança é um bicho curioso, por

mais que você teme cuidados acidentes acontecem. Não tem como evitar”. Então é muito isso que a gente quer combater. Tem como evitar. A criança sim é um bicho curioso, isso faz parte do ser criança, do desenvolvimento infantil, a criança vai explorar, a criança nem sempre tem noção do que é perigoso, mas cabe a nós evitar. A gente quer combater um pouco dessa fala. Toda vez que a gente ouve falar de um acidente, seja afogamento ou outro, a gente sempre pensa que não vai acontecer com a gente, então é aquele: “Deus me livre”, “Bate na madeira”, “Comigo não” e, sim, pode acontecer com a gente. Todos nós estamos sujeitos e é só com um trabalho educativo que a gente vai entender isso e tomar uma postura mais preventiva.

Eu trago rapidamente algumas características da criança que mostram que ela não está apta para ficar segura ali na água ou em outras situações perigosas. Então basicamente o que eu gostaria de dizer aqui é que a criança pequena não reconhece perigo – ela não reconhece e não reage a perigo, isso de zero a quatro anos – essas são questões do desenvolvimento infantil, independente da criança, mais precoce ou não, ela vai ter essas características até os quatro anos, então ela não reconhece perigo. Por mais que a gente ensine, a gente pode dizer para criança: “Olha, você não chega ali perto da piscina porque é perigoso”, mas até quatro anos eu não posso esperar que ela tenha assimilado isso. Ela pode ter entendido uma vez, no outro dia ela distraiu, já esqueceu isso. Então até quatro anos ela é assim. E mais, ela não sabe reagir ao perigo. Então a gente vê uma situação muito comum que vocês devem presenciar no dia a dia, de crianças às vezes na parte rasa da piscina, ou naquela parte do mar bem rasiado, às vezes está brincando com algum brinquedo, tomba ali e fica se revirando na água, está se afogando num tantinho assim de água. Essa relação automática que a gente faz, que estou me afogando porque estou respirando água ao invés de ar, por isso tenho que tirar minha cabeça para fora da água para poder respirar ar, para isso só preciso por o pé no chão e ficar em pé. Essa relação que a gente faz automaticamente a criança não faz. Por isso que é perigoso, uma criança até essa idade não estão preparada, não ter passado por toda prevenção, essa criança e os adultos que estão responsáveis por ela,

seja um profissional da educação, um profissional de educação física ou os próprios pais.

Além disso, tem outra questão aqui nessa faixa etária que eu gostaria de chamar a atenção, que é o peso da cabeça. Então a criança até os quatro anos ela tem a cabeça sendo 25% do peso do corpo dela, em nós adultos a cabeça é 6% do nosso peso. Então isso dá para a gente entender um pouco porque uma criança que às vezes tomba dentro de um vaso sanitário, dentro de um balde com água ou até nesse rasiño da piscina que a gente falou, não conseguir voltar, porque a cabeça dela é muito pesada. Isso vai entrando na proporção igual à nossa depois dos quatro anos, quando equilibra, mas quando ela nasce até quatro ela está passando por esse processo. Então a cabeça pesada muitas vezes influencia o afogamento. Isso é uma característica da criança, não vai mudar. A criança nasce assim, é uma questão fisiológica, não tem como mudar.

Aí a gente olha para uma outra faixa etária, de cinco a 14 anos, não são mais os pequeninhos, que já reconhece o perigo, só que aqui o problema é outro, eles são muito ousados. Então é o interesse pela aventura: “O meu pai falou que só pode ficar aqui na cintura, mas eu vou mais um pouquinho”. Isso é típico da criança de cinco a 14 anos. Por mais que a gente alerte, a gente também não pode contar 100% que ela vá assimilar o que a gente falou. Essas são questões comuns dessa faixa etária e isso também agrava a questão de afogamento para essas crianças de cinco a 14 anos. Trazemos aqui uma legitimação, Estatuto da Criança e Adolescente, o ECA. Temos dois artigos... Art. 4º e 7º que dizem, no 4º, que é dever da família, da sociedade, do Governo, de todos nós. Todos têm esse dever, seja por ter um filho ou o dever legal perante o estatuto de garantias vida da criança, de proteger a criança, de proteger a saúde dela. E por outro lado à criança, segundo Art.7º tem o direito de proteção de a vida. Isso está legitimado. Temos essa obrigação de proteger a criança. Aí falando em estratégias de prevenção, isso não é estratégia de prevenção, só de afogamento, não! É uma literatura consagrada para quem fala de prevenção de acidentes, que são os seis “E”. Com esse projeto de lei está atacando um desses “E” bem forte, que é o da Educação. Primeira

coisa para gente evitar um acidente eu preciso educar. Preciso fazer com que as pessoas mudem comportamento. Além disso, eu posso ter mudanças de engenharia no ambiente. Então se eu estou falando de piscina, posso ter essa piscina cercada por um portãozinho, posso ter uma placa identificando a altura da piscina, enfim. Posso ter alguma mudança na engenharia, no ambiente para dar mais segurança, posso ter políticas públicas direcionadas a isso, como estamos falando desse projeto de lei. Tenho de avaliar constantemente esses dados para saber qual é o principal problema. Então hoje o principal problema são as águas abertas. De repente, com a mudança do nosso estilo de vida, pode ser piscina, daqui um tempo. Precisa estar olhando para esses dados constantemente, para apostar na estratégia certa. Podemos ter os equipamentos de segurança que é uma questão econômica e hoje falamos do coletinho salva vida, equipamento ideal para criança usar na água. Não a boinha, o que tudo mundo usa. Essa é uma questão que as pessoas não sabem ainda. As pessoas não sabem ainda, ficam surpresas quando descobrem que o coletinho é o mais seguro e o empoderamento. Podemos capacitar pessoas que passem essa mensagem adiante. Com esses seis “E” ou em alguns casos, com alguns deles só, a gente consegue evitar o acidente. Essa estratégia de prevenção é usada no mundo todo.

Gostaria de deixar nossa contribuição enquanto criança segura, temos um programa que chama Criança Segura nos Esportes, inclusive recebe incentivos do Fundo Municipal da Criança e Adolescente, do Funcard, e por meio desse projeto geramos esse guia de prevenção de acidentes nos esportes, em várias modalidades de esporte, mas eu trago aqui, - não vou ler - temos o material, essa é a seção que fala de prevenção de afogamento, tanto em piscina quanto em águas abertas, a criança segura tem uma tiragem alta desse material, tem um curso, em AD, curso em distância que é totalmente gratuito, que as pessoas podem fazer, tanto profissionais da educação quanto da saúde. Dentro desse curso vamos falar de vários tipos de acidentes e também de afogamento, tem esse conteúdo de prevenção de acidentes nos esportes, temos esse material para distribuir para quem participa do curso. A

criança segura está ai disponível para contribuir. Somos uma ONG e todos esses projetos que temos são gratuitos e com certeza podemos ajudar a fortalecer o projeto de lei. Essa lei, se acontecer podemos disponibilizar a plataforma em AD, esse material todo, e reforçar o projeto.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a palavra o Sr. Valdecir Lopes.

O SR. VALDECIR LOPES – Boa noite a todos! Obrigado pelo convite. É um grande prazer estar aqui. Faço parte da Diretoria da Sociedade Brasileira do Desenvolvimento Aquático. Como os colegas aqui falam, acompanhei bem os pronunciamentos dos senhores, vou falar alguma coisa em cima, vou repetir alguns dados, acredito que iremos fortalecer esse projeto um pouco mais. Problema do afogamento. Sabemos que 10 pessoas se afogam, e uma morre a cada minuto. Para ter ideia é a terceira causa de morte habitável no planeta terra. O Brasil tem o maior número de resgate. São quase sete mil pessoas morrem por ano. Ou seja, 18 pessoas morrem afogadas todos os dias. O afogamento é a segunda causa de morte entre 1 a 9 anos de idade, a terceira na faixa entre 10 e 19 anos e a quarta na faixa entre 20 a 29 anos. Se a gente pensar na primeira causa de morte de um ser humano, isso depende. Por exemplo, no Incor, onde trabalhei por quase 10 anos, qualquer um diria que é coração, certo? Porque, de zero a 80 anos, é o coração que mais mata. Entretanto, nas 4 décadas mais produtivas – e nem concordo com o que estou dizendo, pois estou com 44 anos –, é o trauma que mais ceifa vidas. Vimos tirando esses dados e chegando ao afogamento, que é a terceira forma de morte evitável no planeta.

Estima-se a existência de 1,7 milhão de piscinas no Brasil. Em residências, temos em torno de 49% e coletivas, 51%. No gráfico elas estão divididas entre condomínios, escolas, clubes, academias e outros. Afogamento em piscina: o maior fator de risco é a falta de descuido na supervisão de crianças, como a gente vem falando. Criança tem que ser supervisionada 24 horas; se você tira o olho por um instante, é tudo muito rápido. O afogamento tem um risco 200 vezes maior que o acidente de trânsito. Pasmem, se a gente

pensar que o trauma que mais ceifa, quando a gente pega o PHTLS para ler a parte de trauma, pensemos em 200 vezes.

As piscinas especiais são 2%, é muito pouco, mas vejamos: os casos de óbitos por afogamento chegam a 53% na idade de 1 a 9 anos. Local de óbito: quase 50% nas residências; 10% na prática de esportes, em clubes e academias; 7% em escolas; 3% em habitações coletivas e 3% em fazendas, sítios *etc.* Custo médio: 210 mil para cada afogamento. Em piscinas, estima-se um gasto médio de 28 milhões ao ano.

Embora o número assuste – pois falamos muito em estatísticas -, a gente só conseguiu documentar 6%. Os dados, como vimos, são subestimados: 4 mil crianças, em 2003, por causas externas. Quando pegamos 2005, os dados estão marcando 7 mil crianças. Sabemos que esses dados são subestimados. Qual o local de maior risco? Sempre se pergunta isso. São as piscinas. E, nas piscinas, o local mais perigoso é, teoricamente, qualquer lugar.

O que é a Sobrasa? Quem somos? A Sobrasa foi fundada em 1995 pelo Dr. David Szpilman, que era oficial do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e também médico. É uma entidade sem fins lucrativos. Funciona como um conselho profissional com o objetivo de reduzir o número de afogamentos. Na diretoria temos hoje mais de 28 diretores. Aqui nesta sala temos 4 diretores. Estamos hoje em 24 Estados. A diretoria tem mais de 95% de sua composição com militares, que fazem trabalho voluntário, portanto ninguém ganha nada por isso. Temos também civis, como eu, que estou trabalhando com a entidade há quase 10 anos. Temos 34 consultores, 3 mil associados, 23 mil pessoas interessadas em campanha de prevenção. Contamos com reconhecimento internacional do ILS – Federação Internacional de Salvamento Aquático.

Recentemente, temos novas diretrizes. Só a título de curiosidade, se me permitirem mudar de assunto – porém dentro do mesmo contexto -, temos uma nova diretriz, a qual, segundo a Aliança Internacional dos Comitês de Ressuscitação - ILCOR, muda a cada 5 anos.

Ela se refere à ressuscitação, especificamente sobre suporte básico, suporte avançado, dá palpite em primeiros socorros. Essa mudança de diretriz ocorreu em outubro e foi publicada em duas revistas muito respeitadas: *Circulation* e *Resuscitation*. Nessas revistas, são publicados os *guidelines*, essas diretrizes que deveremos seguir para os atendimentos de emergência. O que é interessante, que eu gostaria de mostrar como plano, é que o nosso Canarinho entrou. Ou seja, o protocolo de afogamento é praticamente brasileiro. A definição de afogamento é brasileira; o ato de deitar a vítima do lado direito é brasileiro; suporte básico de vida na água é brasileiro; os elos de emergência são brasileiros. Praticamente todo o protocolo é brasileiro.

Recentemente, foi adotada uma diretriz com os elos da cadeia da sobrevivência. Você falou de emergência, a gente veio aqui para falar de prevenção. O primeiro elo (ininteligível) para seguir o nosso protocolo. Vejam que orgulho para nós. O primeiro elo é a prevenção, é aquilo de que estamos falando aqui, é o que viemos discutir hoje.

Então, quais as medidas para se certificar uma piscina? Temos o projeto Piscina Mais Seguro. Chamamos a atenção para cinco atitudes, como os cinco dedos de nossa mão.

Letra “a”, atenção 100%, algo de que falamos todo o tempo.

Letra “g”, guarda vida; ter um local de guarda vida: em academias, o professor de educação física. Dependendo da situação, de quantos professores há, não há necessidade de se ter guarda vida no local.

Letra “u”, urgência. Treinar o profissional adequado, mas não só para o suporte básico de vida, que é comprimir, insuflar, pois isso todo mundo sabe. Importa treinar com a parte aquática, suporte básico de vida na água, treinar o profissional e também o leigo especificamente para isso.

Letra “a”, acesso restrito: deixar a piscina fechada, utilizando-se câmeras, alarmes *etc.*

Por último, letra “s”, sucção. O ralo antissucção, do tipo anti-hair, evita de as crianças ficarem presas. Utilização de bomba Safe, mas, de preferência, esses ralos.

A ABNT tem uma norma para a construção de piscinas. Onde moro há uma piscina de 5 por 10, mas ela só tem um ralo. Agora que vamos esvaziar, estou tentando deixá-la em conformidade com a norma, colocando dois ralos. Eu tenho um ralo anti-hair, que custa 50%, barato, e agora tentarei adaptá-la para ficar mais segura.

Quais as medidas para certificar a piscina? Primeiro, entrar no *site* <http://www.sobrasa.org/piscinamaissegura/>, ver o passo a passo, entrar em contato conosco, agendar uma visita do certificador. Aí, vai qualquer voluntário nosso da Sobrasa auxiliar nessa certificação. Ainda: fazer a visita técnica para avaliar o PPC – Pessoas, Processo e Produto. Haverá toda uma avaliação para certificar essa piscina. Qualquer pessoa que quiser aderir a campanha pode fazê-lo, sem necessidade de ter piscina para certificar. É só entrar no *site* da Sobrasa e baixar qualquer *link*. Estamos na Semana da Piscina mais Segura, de hoje, dia 9, até o dia 13, que ocorrerá em vários Estados. Dentro do *site* há todo o material disponível, inclusive o manual do certificador, que facilitará a certificação da piscina, além de outros documentos interessantes e importantes.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vamos passar para as intervenções do plenário. (Pausa) Antes, tem a palavra, o Sr. Ricardo, representante da Secretaria Municipal de Educação.

O SR. RICARDO – Boa noite. Na figura do Vereador Reis, que está conduzindo esta reunião, cumprimento o Vereador Donato e os demais Vereadores. Eu nome da Maria Cecília Carlini Macedo Vaz, minha coordenadora dentro da SME, quero dizer que a questão da segurança das piscinas muito nos interessa, uma vez que nós temos CEUs na cidade de São Paulo, que são centros educacionais unificados e a maioria deles possui piscinas para recreação de todas as nossas crianças. Nós temos nos preocupado muito com a segurança e estamos em tratativa de parcerias inclusive com o Criança Segura; estamos conversando bastante a fim de avançar e ver se conseguimos tornar os nossos equipamentos de lazer mais

seguros, porque é isso que nos interessa.

Dentro da perspectiva da perspectiva da educação integral, em cuja implementação na cidade de São Paulo nós estamos trabalhando, essa aliança com várias entidades e ONGs vêm contribuir para que nós possamos implementar uma segurança adequada. Está dentro do nosso propósito a educação integral para todos, já que é a partir da educação que nós pensamos em melhorar as condições das nossas crianças.

Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO DONATO – Eu gostaria de solicitar que leiam o projeto, mesmo que não seja hoje. Eu sei que é um projeto de característica simples, para estimular o debate e a conscientização nesses equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vereador, quer que eu faça a leitura do projeto?

O SR. ANTONIO DONATO – Sim. Nós podemos fazer uma leitura rápida, já que todo mundo o recebeu. Se alguém quiser fazer uma contribuição, mesmo em período posterior, é só nos mandar por e-mail, porque toda contribuição será bem-vinda e, se nós pudermos aperfeiçoar o projeto, nós ainda teremos algum tempo antes de colocá-lo em segunda votação para que o mês de novembro do ano seja, de fato, o mês de segurança aquática, precedido de um trabalho de integração dos órgãos públicos, uma parceria sempre fundamental com o Corpo de Bombeiros e com todos que se preocupam com essa questão e com parceiros privados, dentre ONGs e academias, que tentaremos conseguir ao longo desse debate.

Nós estamos à disposição para receber qualquer contribuição que seja feita, mesmo que seja fora desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vou proceder à leitura desse projeto de lei tão importante para a Cidade, de autoria do Vereador Antonio Donato, do PT.

“PROJETO DE LEI 01-00489/2015, do Vereador Antonio Donato (PT). Institui o Programa Municipal de Segurança Aquática no Município de São Paulo e dá outras

providências. A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA: Art. 1º - Fica instituído o Programa Municipal de Segurança Aquática tendo por escopo estabelecer ações de segurança visando a prestação de serviços de exercícios e treinamento e atividade aquática, na área de atividade física, desportiva e similar, no uso de suas responsabilidades e compromisso para a sociedade no que se refere à qualidade e segurança numa sessão, aula treinamento, atividades aquáticas em estabelecimentos com piscina, tanques aquáticos e similares. Art. 2º- O Programa de que trata a presente lei será executado em escolas e projetos esportivos existentes no Município de São Paulo Art. 3º - Para efeitos desta lei consideram-se ações de orientação e prevenção de Segurança Aquática: I- Divulgar por intermédio de palestras, campanhas e outros meios, práticas adequadas referentes ao ambiente aquático visando diminuir acidentes; II - conscientizar a população paulistana acerca de riscos e perigos nos ambientes aquáticos, desmistificando assim mitos acerca dos mesmos; III - formar cidadãos multiplicadores, que possam difundir o uso de práticas seguras nos ambientes aquáticos. Art. 4º- As ações do Programa Municipal de Segurança Aquática, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras, poderão ser implementadas pela Secretaria Municipal de Esportes, em parceria com entidades desportivas e empresas ligadas às atividades aquáticas. Parágrafo único - Para à consecução dos objetivos deste artigo, o Município de São Paulo poderá firmar convênios que se façam necessários para a implementação das ações do Programa Municipal de Segurança Aquática. Art.5º- Fica instituído o mês de novembro como o Mês de Segurança Aquática, com instrumento de fortalecimento do Programa Municipal de Segurança Aquática. §1º- O Mês de Segurança Aquática passará a integrar o Calendário Oficial do Município de São Paulo. §2º No Mês de Segurança Aquática serão intensificadas as ações do Programa Municipal de Segurança Aquática, com palestras e atividades voltadas para a divulgação dos cuidados que deverão ser tomados na prevenção e segurança aquática no Município de São Paulo. Art. 6º- As despesas com a execução desta lei ficarão por conta de dotações financeiras próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se

necessário, devendo as previsões futuras destinarem recursos específicos para seu fiel cumprimento. Art. 7º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões. Às Comissões competentes.”

Eu não sei nadar; morro de medo de água. Aliás, quando eu vou à praia, eu só entro até a altura do joelho, mas os meus filhos todos aprenderam a nadar muito cedo. Inclusive eu estava falando com o Vereador Donato que o meu filho estuda na Via Esporte, onde aprendeu a nadar com três anos. Hoje, com oito anos de idade, nada no mar e em piscina sem problemas, pois é um nadador nato.

Vereador Donato, acho que nós poderíamos até ser um pouco mais agressivos na abordagem e instituir programas de ensino de natação nas escolas, principalmente nos CEUs, onde há piscinas, e em outros equipamentos esportivos. A primeira escola de natação do meu filho, por exemplo, foi o Centro Educacional que fica na Rua Pedro de Toledo, mas eles atendem a um número pequeno de crianças. Seria importante, portanto, que pudéssemos estabelecer que a Cidade tenha um programa de aprendizado, porque a melhor ferramenta para combater o problema é aprender a nadar. Podem até existir outras formas, como foi sugerido aqui, mas a maior mesmo é o aprendizado de natação, de forma que as crianças, já no ensino fundamental, infantil, possam ter esse aprendizado.

Uma vez que já aprovamos uma lei de instituição do ensino de música nas escolas, acho que nós poderíamos também instituir o ensino de natação nas escolas municipais. Obviamente, como o CEU é uma escola para integrar outras escolas, as crianças das escolas onde não há piscina poderão, através desse processo de integração, ter aulas de natação.

Acho que poderíamos acrescentar esse adendo no projeto, Vereador Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Acho que é muito importante nós dialogarmos com a Secretaria da Educação, mas, evidentemente, a sugestão de V.Exa. é muito bem-vinda.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Passo a palavra a V.Exa., Vereador Donato, para suas considerações finais.

O SR. ANTONIO DONATO – Eu queria agradecer a todos a presença. Foi muito enriquecedora a apresentação feita por todos e nos convence ainda mais que nós não temos que ter somente a famosa lei que não sai do papel, porque nós sabemos que, muitas vezes, apesar de conseguirmos ter aprovada uma lei, há dificuldade em sua implementação.

A ideia desta audiência pública era começar a criar esse primeiro ambiente para que a lei não seja somente a ideia de um Vereador, algo que alguém falou e que não seja verdadeiramente parte de uma articulação da sociedade; porque nós sabemos que, se a sociedade não estiver articulada para cobrar dos Poderes Públicos a implementação plenamente as leis que aprovamos, nós corremos esse risco de a lei “não pegar”. E uma questão tão importante e sensível como essa, nós precisamos ter uma lei que, de fato, “pegue”.

Eu acho que nós temos todas as condições de trabalhar isso. Quando o Rafaele me sugeriu a possibilidade de lei, já estava meio em cima para este semestre, mas eu falei que ia tentar fazer já em novembro uma primeira atividade, esta audiência pública, para começar a discutir o assunto para que, no ano que vem, já estejamos com um processo bastante rico de debate na rede pública, nas escolas e nas piscinas públicas, e também com uma articulação muito forte com toda a rede privada, que possui piscinas e que tem capacidade de formar gente, de trazer toda sua expertise para que nós consigamos, de fato, um ambiente aquático seguro, ou seja, que as pessoas possam disfrutar bem de todo espelho d’água, mas sabendo dos riscos e de seus limites, comportando-se de maneira segura e evitando esse número altíssimo de afogamentos e de sequelas naturais desses acidentes.

Esta é uma primeira conversa de muitas que nós esperamos ter no sentido de dar para a Cidade efetividade a essa lei.

O Secretário Municipal de Esportes Jatene havia se comprometido a estar aqui, mas, infelizmente, teve um problema e, como estava muito em cima da hora, não conseguiu destacar alguém para representá-lo. Mas ele está totalmente afinado com a questão, e nós estamos trabalhando com a Secretaria da Educação a fim de criar esse ambiente dentro da

Prefeitura e contando com esse apoio fundamental do Corpo de Bombeiros e de todas as ONGs que se preocupam com essa questão.

Espero que nós tenhamos conseguido dar um primeiro passo; o primeiro de muitos para que, já no mês de novembro do ano que vem, nós possamos oferecer muitas atividades em prol da redução desses números, que são trágicos na nossa cidade, mas que nós temos condições de interferir para sua redução.

Quero agradecer a todos a presença. Um agradecimento especial ao nobre Vereador Reis, Presidente da Comissão de Educação e Esportes desta Casa pela disponibilidade de proporcionar este espaço para que nós pudéssemos conversar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu que agradeço a oportunidade e todos os presentes que vieram aqui fazer uma explanação sobre esse importante projeto de lei, que, muito em breve, nós esperamos que seja aprovado nesta Casa e implementado na Prefeitura de São Paulo, buscando dar uma resposta a essa questão da segurança aquática.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada esta audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos.